



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Projeto de Lei n.º de 17 de fevereiro de 2023. (Do Sr. Sargento Gonçalves)

Inserir na Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, o Art. 106-A,

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Inserir na Lei n.º 9.503, de 23 de setembro de 1997, o artigo 106-A, para autorizar a blindagem parcial de veículos, o qual terá a seguinte redação:

“ **Art. 106-A** - Fica autorizada a blindagem parcial de veículos, seja de uso particular civil, empresa de segurança privada, bem como para os órgãos responsáveis pela segurança pública do Estado”.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O elevado índice de criminalidade expõe cidadãos, agentes de segurança pública e privada a riscos diários, haja vista meliantes armados abordarem motoristas para praticarem assaltos, bem como o confronto dos agentes de segurança pública e privada com bandidos, que visam roubar suas armas de fogo. Isso, infelizmente, é uma prática delituosa recorrente no Brasil de hoje.

A insegurança está presente no cotidiano do brasileiro, seja nas grandes metrópoles ou em pequenas cidades. O direito à vida, primeiro direito fundamental é objeto de proteção constitucional, portanto, é de extrema



importância adotar mais uma medida de segurança, escudando os cidadãos e agentes de segurança pública e privada, dando-lhes, assim, maior proteção em suas atividades laborais.

Quando tratamos de salvaguarda à vida, apontamos o colete balístico como item que protege do corpo humano contra disparos de arma de fogo ou de arma branca. Embora, o colete balístico proteja o indivíduo de forma parcial, ele traz anteparo à vida em determinadas situações de perigo. Destarte, e de forma análoga, o veículo parcialmente blindado assevera mais um escudo aos ocupantes do veículo.

Certamente a blindagem parcial de veículos será uma opção mais barata e acessível ao consumidor, vez que nem todos podem custear uma blindagem total de veículo que tem atualmente, devido sua complexidade, um alto preço.

Acreditamos que nossa proposição tornará o serviço de blindagem parcial exequível ao cidadão, às empresas de segurança privada e aos órgãos públicos brasileiros, além de fomentar a economia do setor, em razão da redução do custo do serviço.

À vista do exposto, contamos com o apoio dos Nobres Pares nessa iniciativa.

Sala das Sessões, em 17 de fevereiro de 2023.

DEPUTADO SARGENTO GONÇALVES
PL/RN

